

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	PROCESSO TRIBUTÁRIO								
<b>DOCENTE</b>	BIANCA XAVIER								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE143	<b>SEMESTRE</b>	2022.1	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	A disciplina abordará o contencioso administrativo e judicial tributário. Será apresentada a dinâmica entre o contribuinte e a administração tributária desde a fiscalização até a execução fiscal. Será apresentada as formas de questionamento administrativo das cobranças realizadas pela Fazenda Pública, dentre elas, a impugnação e a manifestação de inconformidade e todos os desdobramentos do processo administrativo fiscal, como o recurso voluntário, como é formado o tribunal administrativo, as vantagens e desvantagens da discussão administrativa. Será abordado, ainda, as estratégias para discussão judicial dos tributos, levando em consideração a iniciativa dos contribuintes, como a ação declaratória, repetitória, anulatória consignatória, mandado de segurança, assim como, as defesas do contribuinte na execução fiscal.								
<b>OBJETIVOS</b>	O objetivo da disciplina é demonstrar a importância, as características, as estratégias que podem ser adotadas pelos contribuintes e pela Fazenda Pública relacionados às questões tributárias.								
<b>METODOLOGIA</b>	A disciplina será ministrada por meio aulas expositivas, utilizando o método socrático. Também serão realizadas simulações de defesas e de julgamentos administrativos. Serão realizadas visitas (ainda que virtuais) ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro. Serão convidados para palestrar julgadores e advogados especializados no contencioso administrativo e judicial para expor e dividir as experiências na litígio tributário.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação da disciplina, da metodologia e da bibliografia. Apresentação do contencioso tributário em números.								
2	Fiscalização. TDPF. Limites e a forma da fiscalização exercer o poder de polícia.								
3	Lançamento Tributário								
4	Introdução ao Processo Administrativo Fiscal Federal								
5	Requisitos do auto de infração. 1ª instância administrativa								
6	Princípio do PAF								
7	1ª instância administrativa. Generalidades								
8	1ª instância administrativa. Impugnação								
9	2ª instância administrativa.								

10	Instância Especial. Recurso ao Secretário. Avocatória, Ação anulatória contra decisão favorável ao contribuinte no CARF. Ação Popular.
11	Simulação de defesa administrativa federal- avaliação (P1)
12	Julgamento simulado- avaliação (P1)
13	Palestra- CARF
14	Processo Administrativo Fiscal Estadual
15	Palestra- CCERJ
16	Processo Administrativo Fiscal Municipal
17	Palestra-CCMRJ
18	Processo Consulta
19	Processo Consulta
20	Processo de Compensação
21	Processo de Compensação
22	Processo de Compensação
23	P2 (prova)
24	Ações Tributárias
25	Ações Tributárias
26	Ações Tributárias
27	Ações Tributárias
28	Execução Fiscal
29	Execução Fiscal
30	Segunda Chamada
31	Prova Final
32	Revisão Prova
<b>TRILHA</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Trabalho P1- Juri simulado 5. Realização de defesa administrativa. Trabalho P1- Relatório do Conselho de Contribuintes (5 pontos) P2- apresentação execução fiscal
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	Lopes, Mauro Luís Rocha, Processo judicial tributário : execução fiscal e ações tributárias, 5. ed. rev. e ampl., Niterói, RJ: Impetus, 2009. 9788576263517 (broch.) Marins, James, Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial, 11. ed. rev. e atual., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. 9788520372791 (broch.) Cais, Cleide Previtali, O processo tributário, São Paulo : Revista dos Tribunais, 2007. 8520329917 (broch.)
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	Jesus, Isabela Bonfá de, Manual de direito e processo tributário, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Machado Segundo, Hugo de Brito,, Processo tributário, São Paulo: Atlas, 2015. Conrado, Paulo Cesar, Processo tributário, São Paulo : Quartier Latin do Brasil, 2004.

	Gomes, Bianca Xavier. Controle Judicial das decisões proferidas pelo CARF favoráveis aos contribuintes. Rio de Janeiro, Lumem Juris, 2019. Gomes, Bianca Xavier. Duração Razoável do processo administrativo fiscal. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2019.
--	---